

REESCREVENDO A ESCOLA: REVELANDO SUJEITOS E GRUPOS EXCLUÍDOS

Aline Pimentel Romani¹

RESUMO

O presente artigo pretende refletir sobre comunicação e ações afirmativas dentro das escolas como forma de enfrentamento ao problema da exclusão, numa perspectiva dos direitos humanos. Também é fruto de ponderações sobre a desigualdade no espaço escolar visando um melhor desenvolvimento do jovem no aprendizado para a cidadania e respeito às diferenças, e ainda, uma tentativa de colaborar com práticas de inclusão social neste ambiente. O estudo problematiza as dificuldades por meio de uma análise da prática e de resultados obtidos em sala de aula, visa buscar novas perspectivas para o ensino, em uma dimensão onde o aluno aparece como protagonista no processo de aprendizado.

Palavras-chave: Comunicação. Educação. Fanzine.

ABSTRACT

This article aims to reflect on communication and affirmative action in schools as a way of addressing the problem of exclusion, a human rights perspective. It is also the result of weights on inequality at school seeking a better development of the youth in learning for citizenship and respect for differences, and also an attempt to collaborate with practices of social inclusion in this environment. The study discusses the difficulties through a practice analysis and results in the classroom, aims to seek new prospects for teaching in a dimension where the student appears as a protagonist in the learning process.

Keywords: Communication. Education. Fanzine.

Introdução

O presente artigo é fruto de reflexões que indagam as práticas que reproduzem de desigualdade no espaço escolar. Para tal, trataremos logo da noção de igualdade que basicamente pode ser ponderada a partir de dois pontos de vista. A formal, que significa, dentro de um contexto democrático, o reconhecimento para todos – sem discriminação – de um determinado número de direitos básicos, dentre eles a liberdade de locomoção, de voto, de expressão e de opinião. Nesses casos supõe-se que consideremos pessoas diferentes

¹ Professora no ensino fundamental, atualmente, bolsista CAPES no Programa de Pós-Graduação em História, mestranda pela Universidade Federal de Uberlândia. Membro da linha Trabalho e Movimentos Sociais. Possui graduação em História – Licenciatura e Bacharelado – pela Universidade Federal de Uberlândia (2013), e especialização em Direitos Humanos (2016), pela Faculdade de Direito da UFU. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso de especialização. email: romani.aline@gmail.com

como equivalentes, mas não forçosamente idênticas.² Ser diferente não poderá ser motivo de exclusão. Sendo esta, não apenas a discriminação social, mas a ausência de direitos e oportunidades. Para que haja liberdade de escolha é necessário considerar a noção de igualdade material, ou de oportunidade.

Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (SANTOS, 2003, p.56)

A Constituição Federal, artigo 206, garante a gratuidade da escola pública e que esta deve ser de igual acesso a todos, bem como, a permanência na escola. Além disso, a Constituição avaliza a liberdade e o pluralismo de ideias na educação. Apesar dos problemas que presenciamos na prática, muitos avanços devem ser destacados. Anterior ao ano de 1988, o acesso à escola não era garantido a todos pelo estado, nem tão pouco sua gratuidade. A pluralidade de ideias era cerceada e censurada pela ditadura militar, tendo a escola um verdadeiro clima de vigilância.³ Atualmente, a igualdade formal de acesso à educação é realidade e direito constitucional, todavia, para ter jovens dentro da escola é preciso mantê-los com vínculo, interesse e condições de frequentá-la.

Posto isso, o que significa essa inclusão social? Apenas adentrar com esses jovens para os portões da escola? Garantimos a igualdade de oportunidade no momento em que todos se encontram dentro dos muros dessa instituição? Como garantir a permanência de todos, de forma a garantir também o melhor aproveitamento do ensino.

Assim, o objetivo desse trabalho é refletir sobre essa etapa de acesso as escolas e a ocupação dos antigos espaços pelos novos sujeitos. Ou seja, é preciso analisar como o sistema educacional é visto, sentido e ocupado pelos sujeitos advindos de grupos historicamente marginalizados. Pensar a escola enquanto instituição tradicional e ao mesmo tempo como meio de transformação, portanto, sujeito a mudanças. Para tal, verificaremos suas práticas para além da sala de aula, percebendo o poder estabelecido por ela e dentro dela, ou seja, as relações políticas. "A relação política por excelência é uma relação entre

² Ver mais em: d'ADESKY, Jacques. "Ação afirmativa e igualdade de oportunidades." Rio de Janeiro:2003.

³ Ver mais em: LOURENÇO, Elaine. "O ensino de História encontra seu passado: memórias da atuação docente durante a ditadura civil-militar." Revista Brasileira de História, 2010: 97-120.

poder e liberdade. Há uma estreita correlação entre um e outro. Quando mais se estende o poder de um dos dois sujeitos da relação, mais diminui a liberdade do outro, e vice-versa.” (BOBBIO, 2004, p.209)

No entanto, não é possível negar essas relações de poder, mas é preciso equilibrá-las, com uma nova noção de ensino, menos autoritário, mais criativo, horizontal, autônomo, e de fato, visando à cidadania. Diante da realidade apresentada, onde a escola pública recebe uma diversidade imensa de sujeitos, advinda de culturas diferentes, incluindo práticas religiosas, etnias, dentre outros fatores – gênero, sexo, renda, classe social, deficiências – é preciso pensar a identidade⁴ como forma de valorização do sujeito, não de exclusão.

A descaracterização do outro frente às diferenças é a raiz de problemas como o bullying, a violência escolar, a dificuldade de aprendizado e principalmente, é o que torna a escola um espaço desinteressante, para a maioria. Os alunos se apoiam na identidade não apenas para resistir à massificação, mas também, para discriminar, tornar o outro o estranho, exótico ou até mesmo inimigo. No ambiente escolar, o professor se depara com toda essa diversidade e então, nos questionamos: como lidar com a exclusão?

Ora, a identidade é parte da formação de um sujeito crítico, à noção de pertencimento, suas origens, e suas referências de liberdade, felicidade e dignidade, todas elas indispensáveis a cidadania. Se a escola tem papel fundamental nesse processo, isso não exclui outras referências e influências externas. Devemos considerar, dentre outros fatores, o papel da mídia e da publicidade na formação do indivíduo e na composição do sujeito.

Notamos uma crescente ode ao individualismo, no discurso midiático imperam máximas como: “seja você mesmo”, “o que conta é ser mais eu”, ou ainda “você é o que tem”. No sistema capitalista, há um incentivo ao consumismo e uma tentativa de convencer que precisamos aparentar o que somos, há uma fetichização da imagem individual e de grupos caracterizados por um conjunto de signos fechados, o que vestem, consomem, leem,

⁴ Partindo de uma perspectiva dialética de compreensão do homem e de suas relações sociais, é possível apontar que a “identidade” pode ser compreendida como constituição do sujeito, desde que seu significado esteja na direção daquilo que se faz aberto e inacabado. Nesta perspectiva, a subjetividade é uma dimensão deste sujeito, assim como a objetividade que, a partir das relações vivenciadas, se faz construtora de experiências afetivas e reflexivas, capaz de produzir significados singulares e coletivos. Ver: MAHEIRIE, Kátia. "Constituição do sujeito, subjetividade e identidade." *Interações* 7.13 (2002): 31-44.

enfim, são definidos pelo que tem.⁵ Por outro lado, vivemos também uma tentativa de impor o tradicional, o comum, o convencional como caminho único para a resolução dos problemas. Apoiados em argumentos que diminuem o diferente, grupos reacionários ganham destaque por perceberem o outro, tão somente, a partir de sua ótica, e a sua inclusão apenas como adaptação ao ordenamento estabelecido pelo *status quo*. No entanto, essa visão acaba por omitir conflitos, tentando prevalecer características de setores dominantes, impedindo que as minorias tenham voz.

Mesmo assim, seria um equívoco considerar a identidade apenas como uma forma fixa ou então, efêmera, superficial e alienante de constituir o sujeito. Ela deve deixar de ser consciência “em si”, para ser consciência “para si e para o outro”. Ou seja, a identidade deve ser um resgate, mas também sempre uma construção, porque o homem está sujeito a mudanças que somente se dão em contato com o outro. No entanto, tanto o resgate quanto as transformações devem ser conscientes, acompanhadas de atitudes reflexivas para que a tradição não seja imutável e dominante, e o novo não seja superficial e excludente.

Alguns aspectos estão envolvidos na exclusão do ambiente escolar, seja, esta supressão, fruto das relações entre alunos ou entre alunos e professores. Esse fenômeno pode não significar evasão, mas pode tornar esse ambiente inóspito e impróprio para o aprendizado. Segundo Mello⁶, o ambiente urbano é uma das principais razões para a exclusão social do jovem, pois, propicia a convivência conflituosa entre os diferentes, que se tornam discrepantes. São abastados e desfavorecidos que dividem o espaço público, de forma desigual, compartilham sentimentos e pontos de vista diferentes. Ainda no meio urbano, a autora destaca que é gritante a violência policial e os homicídios de jovens pobres, principalmente, comparados aos jovens de classes abastadas. As notícias de jornais não refletem essa realidade. Como veremos a seguir, é explícita a irresponsabilidade da mídia na geração e manutenção de estereótipos e preconceitos que estigmatizam as populações mais

⁵ Ver mais: Sawaia, Bader Burihan, and B. Sawaia. "Identidade: uma ideologia separatista?." As artimanhas da exclusão, 2001: 119-127.

⁶ A autora discorre sobre um contexto mais amplo, da exclusão do jovem na metrópole. Mas trago suas reflexões para o ambiente escolar inserido em área urbana, onde muitos desses conflitos aparecem. Ver: MELLO, Sílvia Leser de. "A violência urbana e a exclusão dos jovens." As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social, 1999.

pobres. Considerando que a mídia é uma grande influência externa a escola e ainda agente mediadora dos debates suscitados no âmbito escolar. Urge a construção de um contraponto.

A mídia e o quarto poder

Constitucionalmente, a mídia não é e nem poderia ser um poder estatal instituído, mas é reentrante o uso da expressão *quarto poder* ao fazer referência a ela. Isso porque a imprensa, desde o seu surgimento, vem tendo papel decisivo nas discussões e conflitos relevantes a nossa sociedade. As redes de televisão, os jornais de grande circulação, o rádio e até as informações que circulam pela internet, indiscriminadamente, passaram a ser uma forma de mediar a visão que o sujeito tem do mundo. O problema é quando essa mediação é seu único canal de informação, ou ainda pior, quando é aceita sem considerar as tendências ideológicas desses meios de comunicação e as distorções provocadas por eles. Nestes casos, os sujeitos aparecem como leitores e espectadores, não como autores, ou seja, a relação desse tipo de mídia é autoritária e hierarquizada. A grande mídia não forma redes onde todos participam da mesma maneira.

André Ricardo Nunes Martins, estudioso da Universidade de Brasília, em seu artigo, “Grupos Excluídos no Discurso da Mídia: Uma Análise de Discurso Crítica”, aponta para vários exemplos de como o discurso midiático, algumas vezes de forma sutil, exclui determinados grupos. Além do entretenimento – das novelas até os *memes* de internet –, que retrata os sujeitos por meio de estereótipos sociais, o setor de jornalismo, muitas vezes, pauta as principais discussões e decisões políticas do país, inclusive as que se disseminam pela internet. A mídia, que foi popularmente elencada como o quarto poder, junto ao legislativo, o judiciário e o executivo, sempre foi um espaço de disputa. Afinal, é um espaço de voz, de expressão, devendo ser, portanto, de diversidade. No entanto, o que assistimos, são grupos minoritários, que de forma imparcial propõem as notícias e impõe o seu ponto de vista às discussões, a requerer dos demais, o espectador/leitor uma visão crítica de “quem fala”, “para quem fala”, e “o que omitem”.

Ao decidir se um assunto ou fato é mais relevante que outros, marginalizando ainda mais os já excluídos, a grande mídia reafirma preconceitos. Não é raro perceber frases e

palavras de impacto como “menor infrator”, ao invés de criança ou adolescente, quando se trata de uma criança pobre. Ainda mais comum é amenizar crimes cometidos por jovens abastados, filhos de artistas famosos, médicos ou grandes empresários. O tom pejorativo é evocado dependendo da classe social.

Essa violência chega à escola, na maioria das vezes em sua origem, em forma de exclusão, bullying, conflito, preconceito, insegurança e agressão. Diante disso, como o professor irá enfrentar dificuldades que extrapolam os muros da escola? A educação não é exclusividade da escola, é compromisso compartilhado pelo estado, família e a sociedade, segundo a constituição federal brasileira, de 1988, Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Portanto, não podemos ver a escola como uma instituição fechada. Ela não cumpre seu papel quando se isola como espaço de privilégio do saber e ignora as dificuldades da sociedade onde está inserida. Buscar o desenvolvimento da pessoa é transformar também o meio que ela vive. Envolver as famílias e a sociedade significa trazer para a escola suas questões, seus anseios, seus problemas, preparando-os para enfrentá-los. É fundamental a construção de um espaço que agregue vozes dissonantes, então, a comunicação aparece como um caminho para esse envolvimento plural, ela é o próprio fazer-se, o meio de transformação e não o fim.

A comunicação não pode ser entendida como dimensão paralela ou reflexa da realidade social, mas que, antes, e com mais peso nas sociedades contemporâneas, deve ser analisada como dimensão central na configuração e nos rumos dos processos sociais, propondo que entendamos os processos urbanos como processos de comunicação. (MARTIN-BARBERO APUD CRUZ, 2008, p.4)

Heloísa Faria Cruz ao propor vasculhar uma intensa produção de materiais como: panfletos, jornais sindicais, boletins de fábrica, de bairros, lança o olhar para os trabalhadores, jovens, mulheres e sujeitos que viveram o momento de redemocratização, ou reorganização da sociedade civil no final da década de 70 e início de 80, e exalta a importância da “comunicação no próprio processo de constituição daqueles novos

personagens e movimentos” (CRUZ, 2013). A palavra “novos” não se refere a existência recente desses sujeitos, mas a forma que eles se organizaram para ocuparem novos espaços, e assim, construir novos canais de comunicação, onde podiam compartilhar e registrar angústias, lutas e caminhos. Em suma, destaca a experiência social dos trabalhadores e de movimentos que não tinham espaço na grande mídia.⁷

Visto isso, o ensino não poderá ser voltado à formação que se preocupa tão somente com o conteúdo. A escola deve preparar os cidadãos para enfrentar os momentos de conflitos, e contradições. É preciso educar para o respeito às diferenças, priorizando a alteridade e a empatia. Não é apenas informar, é preparar o sujeito para receber, digerir e produzir informações. Devemos investir em mudanças profundas, na forma que percebermos esses sujeitos e o que almejamos com o ensino. As práticas que iremos propor visam o aprendizado para a construção da autonomia, buscando a formação de uma geração de indivíduos críticos e livres.

O Fanzine como ferramenta de empoderamento e autonomia

Algumas são as práticas possíveis neste processo, o importante é superar o modelo de escola que percebe o aluno como agente passivo, como mera escultura a ser moldada, ou uma peça a ser polida. Espera-se responsabilidade dos jovens, contudo contribuimos com uma sociedade competitiva que atribui culpa pelo insucesso desse mesmo jovem, antes e sempre, excluído. Sem dúvida, os meios de comunicação de massa contribuem para esse imaginário e para a construção da forma que os sujeitos se percebem, marginalizando-os na sociedade, mas também os fazendo desacreditar de si. Como aponta Paulo Freire,

A ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal anda solta no mundo. [...] Do ponto de vista de tal ideologia, só há uma saída para a prática educativa: adaptar o educando a esta realidade que não pode ser mudada. O que se precisa, por isso mesmo, é o treino técnico indispensável à adaptação do educando, à sua sobrevivência. (FREIRE APUD LACERDA, 1998, p.117)

⁷ Para ver mais materiais em <http://www.pucsp.br/cedic/>, última visita em 20 de maio de 2016.

Neste trecho de Freire, identificamos a inércia de uma educação pautada na competitividade do mercado, que se conforma em educar sujeitos para continuar compondo as filas das fábricas. A ideologia fatalista é uma forma de convencer os prejudicados das relações sociais e econômicas de que a realidade é assim, desigual.

Em experiência na educação integral, da rede estadual de Minas Gerais, como professora de comunicação e novas mídias, no ano de 2015, indaguei para cerca de 20 alunos, com idade entre 11 e 14 anos, ao conhecer a turma: “Quem acredita que é capaz de escrever, desenhar, criar algo para o jornal da escola? Quem acredita que tem algo a dizer?” Apenas dois alunos levantaram as mãos, os demais, pareciam envergonhados, mas sem nenhuma iniciativa. Essa experiência suscitou reflexões sobre o motivo daquelas respostas, seria essa geração apática? Como jovens, que estão descobrindo o mundo, não tem nada para dizer, ou questionar? Ou será que suas questões não pareceriam relevantes ou dignas? O sociólogo francês Paugam⁸, que analisa a pobreza desenvolvendo conceitos de exclusão social, numa análise que rejeita o uso exclusivo de critérios quantitativos, conclui que “o descrédito atormenta os excluídos tanto quanto a fome”. (PAUGAM, 1999, p.84) Sendo assim, as reflexões devem ser qualitativas, é preciso ir a fundo para entender as dificuldades desses alunos, não apenas considerar que o número de desinteresse reflete diretamente a falta do que dizer.

Escolhi a partir de então, trabalhar com o *fanzine* em sala de aula. O *fanzine*, também conhecido como “zine” é um material construído de forma artesanal, por meio de recortes e colagens, reaproveitando revistas e jornais velhos para a construção de novas ideias. Esse material sempre foi muito aceito entre os jovens, repensado e ressignificado por eles de geração em geração. Os zines existem desde o início do século XX, mas, foi popularizado no Brasil pelo movimento punk. O “faça você mesmo” era o lema desta geração, que percebeu no *fanzine* uma forma de negar a grande mídia, e dar voz aos excluídos.⁹

⁸ PAUGAM, Serge. "O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social." As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social, 1999.

⁹ Intensifica-se, na década de 1970, a produção voltada para grupos alternativos com o intuito de divulgar artistas e comunicar-se com os outros fãs e produtores das mais variadas manifestações artísticas. Na década de 1980, ganham ainda mais força, conforme as mudanças tecnológicas vão permitindo um avanço e significando melhora na produção e distribuição deles. A fotocopadora facilitava sua reprodução e ainda

A liberdade no formato nos proporciona uma imensa gama de alternativas e temas a serem trabalhados na escola, além de ser uma atividade que não requer muitos recursos, pode ser adaptada às necessidades e possibilidades da instituição. O objetivo principal é buscar por meio de processos dialógicos o protagonismo do jovem na escola e quiçá em sua comunidade. O *fanzine* é uma ferramenta com potencial para ressignificar métodos de aprendizado na escola, onde o jovem deverá ter mais autonomia e responsabilidade, e também, é um instrumento na implementação de ações afirmativas, ao tornar o processo de ensino um momento de vivências, carregadas de significados, ou seja, tornar a educação mais próxima da realidade dos alunos, dando voz aos excluídos da lógica neoliberal.

A comunicação é uma ferramenta rica e fundamental neste mundo em que vivemos, onde a informação parece não ser o problema, mas é indiscriminadamente disponibilizada, compartilhada, e “curtida” sem nenhuma distinção ou compromisso com a ética ou verdade. Por outro lado, percebemos uma diversidade de grupos excluídos da grande mídia, e até mesmo das principais informações que circulam na rede, caracterizando uma opressão da voz de setores mais vulneráveis e uma confusão da opinião pública quanto a eles. Porque não fazer da escola um espaço para contrabalancear essas noções pré-concebidas sobre gênero, sexo, religião, raça, etnia, e vários outros temas a serem trabalhados dentro das próprias disciplinas?

Neste sentido, trouxe alguns trabalhos realizados enquanto professora de História, e também como orientadora de jornal escolar e outras mídias. Analisaremos o que foi feito, pontuando as dificuldades e os diagnósticos possíveis. Na figura 1 parte do *fanzine* produzido na Escola Municipal Professora Josiany França, em Uberlândia, no ano de 2015, por alunos do ensino fundamental II. Na ocasião, compúnhamos um grupo para realização de oficina de *fanzine* com o tema: “Democracia e Direitos Humanos”.¹⁰ A oficina foi dividida em três encontros, no primeiro, os alunos receberam uma apostila com imagens, charges e

gozavam de baixos custos. Esta produção estava englobada no que podemos chamar de cultura urbana, construída e divulgada nas ruas. Ver mais em: ROMANI, Aline. A Revista Chiclete com Banana e o sentimento de liberdade: resistência, conflitos e alienação na década de 1980. Monografia – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de graduação em História. Uberlândia, Nov.2013. 111p.

¹⁰ Esta oficina foi organizada pelo “projeto Partidas”, financiado pela Lei Municipal de Incentivo a Cultura. O projeto tinha esta autora como proponente e visava por meio da oficina de *fanzine* e da apresentação da peça teatral “Partidas”, uma reflexão sobre a ditadura militar e suas consequências. Para além da tortura, o objetivo era fazer uma relação daqueles que foram calados por meio de violência com a exclusão social e violência policial que vivenciamos ainda hoje.

quadrinhos a serem discutidos e informações sobre o golpe militar de 1964, envolvendo os grupos contrários aquele governo, inclusive, as diversas frentes populares. E nos dois outros encontros, os alunos deveriam perceber no seu cotidiano resquícios desse passado, apontando avanços, estagnações ou recorrências.

O objetivo era aprender sobre o passado, mas também, levantar discussões sobre o regime militar e a colaboração midiática para sua manutenção.¹¹ A ditadura militar, atualmente, ganhou novamente destaque na mídia, por meio das manifestações a seu favor, em passeatas, especialmente, na região sudeste. Não obstante, devemos também destacar a abertura da comissão nacional da verdade¹², que foi pouco publicizada em rede aberta de televisão.

Outro ponto levantado é a ausência dos desfavorecidos na grande mídia. A omissão do negro, o silêncio sobre a violência policial, a violência contra mulheres, homossexuais, dentre outras questões. E finalmente, pedimos ao aluno que refletisse sobre seu cotidiano, sua cultura, sobre o lugar onde mora, ou estuda, buscando denunciar ou valorizar, questões, geralmente, omitidas pelos meios de comunicação.

¹¹ Ver mais em KUSHNIR, Beatriz. Pelo viés da colaboração: a imprensa no pós-64 sob outro prisma. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 27-38, jul./dez., 2007.

¹² Mais informações em <http://www.cnv.gov.br/>, última visita em 20 de maio de 2016.



Figura 1 – Fanzine (parte1), Escola Municipal Professora Josiany França, 2015.

Percebe-se na figura anterior, a vontade de participar mais das decisões políticas e institucionais. A seguinte frase é recortada e ressignificada para compor o *fanzine*: “O objetivo é formar gente com mentalidade aberta, senso crítico, atitude inquisitiva e espírito de participação na comunidade”. Ao lado do relógio, uma outra frase, criada pelos próprios alunos: “Está passando da hora de correremos atrás dos nossos direitos”. Para eles, estamos parados diante das injustiças, como se perdêssemos tempo. A frase central soa quase como um convite: “Não estamos sozinhos certo?” – essa interrogação também pode ser entendida como um apelo, um pedido de apoio, ou apenas uma ânsia por um diálogo.

Ainda na figura 1, a violência é retratada com o desenho de um revólver na cabeça de uma garota, apontando para ela como se esta fosse um alvo de opressão, trazendo a sensação de ameaça constante à mulher. A senhora ao lado veste uma camiseta com os seguintes dizeres: “justiça aos negros, já!”, e do lado esquerdo uma manifestação com uma placa: “Chega de exploração”. Percebemos que, foram identificados em suas vivências, os grupos mais vulneráveis a essa violência e exploração diária: os negros, a mulher e o trabalhador, representado na multidão.



Figura 2 - Fanzine (parte2), Escola Municipal Professora Josiany França, 2015.

Ainda no mesmo *fanzine*, figura 2, as imagens apontam para o uso da força na ditadura militar contra os manifestantes, que se confunde com a violência policial atual. No centro da imagem um desenho retratando um policial apagando algo com uma borracha. As figuras femininas ganham destaque e dão voz os alunos e alunas que escreveram suas falas, pedem por independência contra essa violência. E por fim, ressaltamos a indagação proposta para o leitor do *fanzine*, sendo talvez o questionamento suscitado, pelos alunos, naquela atividade. “O que é democracia?”.

O *fanzine* não precisa ser o produto final, ele pode levantar questões como ponto de partida para as discussões. Além disso, a comunicação consiste em várias etapas, basicamente: organização, produção, distribuição, recepção. E todas essas etapas ajudam no pleno desenvolvimento da pessoa e no seu preparo para o exercício da cidadania.¹³

No próximo caso, os próprios alunos decidiram os temas relevantes a serem abordados, a fim de entender o seu cotidiano, e as relações de poder estabelecidas em sociedade. A atividade abaixo aconteceu no início de 2015, algumas semanas após conhecer a turma, na Escola Estadual Padre Mário Forestan, em Uberlândia. Na ocasião era orientadora de jornal escolar.



Figura 3 – *Fanzine* (parte), Escola Estadual Padre Mário Forestan, 2015.

¹³ Um dos principais compromissos da educação conforme garantida pela Constituição, art. 205.

Na figura 3, o tema “violência policial” foi escolhido pelos próprios alunos. A turma foi dividida em três grupos, cada um deles deveria escolher um tópico já discutido em sala, dentre eles: a homofobia, o consumismo, o racismo, a violência policial e a violência contra a mulher.

Percebe-se que o aluno, autor do texto: “A violência policial já saio (sic)¹⁴ fora do limite”, escolheu uma história particular, e a partir de sua memória retratou acontecimentos de seu cotidiano. Nota-se neste aluno o tipo de relação estabelecida entre a polícia, ele e a comunidade onde mora. A noção da criminalidade, e a possibilidade de mudança, que não lhes é dada, reflete no seu texto, quando o garoto afirma, pesaroso: “Ele já tinha largado a criminalidade...”. O relato denuncia mais, um poder policial que agride indiscriminadamente, sem ser punido, deixando toda comunidade com a sensação de impotência, inclusive, crianças e jovens que observam de perto esses abusos.

Consideramos, neste contexto, a imaginação do adolescente, contudo, mesmo no plano da ficção, apreendemos algumas implicações básicas que compõe o imaginário deste sujeito. Ora, destacam-se elementos que oprimem o indivíduo que mora na periferia: a violência, a insegurança, a vulnerabilidade feminina e o abuso de autoridade. Partindo do tema proposto inicialmente, o aluno abre caminhos para novas análises e reflexões. Somente é possível essa participação do discente se o professor permite que ele tenha autonomia e liberdade para expressar suas opiniões.

A atividade nos proporciona uma visão individualizada de cada aluno. Ressalta sua identidade e a “noção de si”. O aprendizado passa primeiro pelo autoconhecimento, contudo, não ignora a “noção do outro”. O *fanzine* é uma construção coletiva, o que propicia o trabalho em grupo. Os discentes devem decidir juntos o formato, o conteúdo e a função de cada um nessa produção. As escolhas são em conjunto, não unânimes, elas devem ser debatidas. A lógica do *fanzine* não é competir, é trabalhar unido e trocar sua produção com a produção de outro grupo. Cria-se um ambiente favorável ao diálogo, se distanciando da lógica meritocrática, que produz nos sujeitos a necessidade de se tornar superior, em

¹⁴ A palavra “saio” quer dizer, saiu. Nesta atividade foi priorizada a espontaneidade do aluno. A intenção era proporcionar um ambiente ideal à participação, sem muitas prisões a questões gramaticais, o compromisso era com a necessidade de denunciar algo que considerávamos grave.

relação ao outro. O coletivo ganha corpo, e o aluno constrói sua identidade por meio dessas relações, desta vez, de forma horizontal.

Ainda na figura 3, podemos analisar as imagens escolhidas e colhidas nas revistas. O icônico Capitão Nascimento¹⁵ aparece ao lado da logo da revista *Veja* que, no *fanzine*, foi esvaziado do seu significado original para compor outro universo. A imagem chama a atenção do leitor para perceber o que acontece com o pobre nas periferias, a munição colocada ao lado enfatiza esse clima de medo e terror.

Outros aspectos chamam atenção. A inversão do olhar dos alunos/autores, antes para fora, agora, para dentro da escola. Neles os alunos discutem questões referentes ao que esperam das práticas escolares e revelam como se sentem diante das relações de poder estabelecidas no ambiente escolar. Percebemos as nuances do preconceito e da discriminação, e como essas questões culminam no desinteresse, na insegurança e no *bullying*.

A figura 4 é parte de um *fanzine* construído em uma turma formada por alunos dos 7^{os} anos do ensino fundamental II, na Escola Estadual Padre Mário Forestan. A atividade foi realizada algumas semanas antes do natal, e tinha tema definido: o consumismo. Em duas aulas anteriores trabalhamos conceitos, dentre eles: consumo, capitalismo, trabalho. Refletimos sobre o descarte de lixo, sobre as diferenças sociais, e as consequências em nossas vidas. Para isso, foram utilizadas aulas expositivas, mas também exibição de documentários¹⁶.

¹⁵ Interpretado por Wagner Moura, o personagem protagonista do filme brasileiro *Tropa de Elite*. PADILHA, José. "Tropa de elite." Brasil: Zazen Produções 115 (2007).

¹⁶ Foram exibidos dois documentários: *A História das Coisas*, em <https://www.youtube.com/watch?v=7qFiGMSnNjw>, último acesso em 15-03-2016 e *FLORES, ILHA DAS*. "Direção Jorge Furtado." Elenco: Ciça Rodrigues. Narração: Paulo José (1989), em <https://www.youtube.com/watch?v=e7sD6mdXUyg>, último acesso em 15-03-2016.

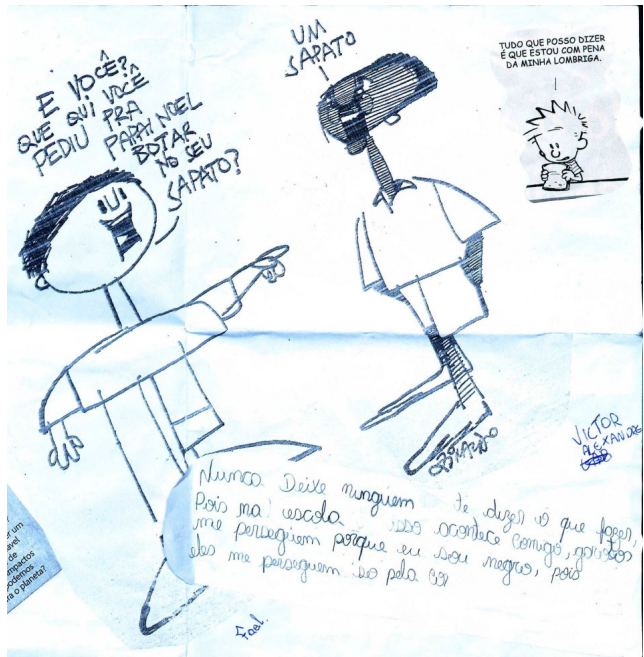


Figura 4 - Fanzine (parte), Escola Estadual Padre Mário Forestan, 2015.

O aluno, para esta construção, utilizou-se de uma charge do cartunista Ziraldo¹⁷ para compor a página. Na charge, um garoto branco pergunta ao garoto negro o que ele havia pedido ao Papai Noel, tradicionalmente, colocando o pedido no sapato. Usando recursos de ironia, o autor revela que o garoto negro pediu o próprio sapato. A charge avulta contradições e revela uma desigualdade social que distancia esses dois garotos. Enquanto o garoto à esquerda sonha com um presente, o garoto da direita não tem sequer o básico: seus sapatos.

O garoto pobre é negro, a escolha da charge compõe a ideia de que o negro, em sua maioria, é desfavorecido e marginalizado por isso. Ser negro é motivo de discriminação, e tem ligação com o espaço socioeconômico ocupado por ele. Essa ideia se completada com a frase escrita pelo aluno, como um desabafo: “Nunca deixe ninguém te dizer o que fazer. Pois na escola isso acontece comigo, garotos me perseguem porque eu sou negro, pois eles me perseguem só pela cor”.

É interessante pensar, que em uma atividade com o tema “consumismo” o aluno trouxe o debate do racismo para a sala de aula. A relação do consumo com a vulnerabilidade

¹⁷ Ziraldo é cartunista brasileiro, conhecido pelo seu personagem mais famoso, “o menino maluquinho”. Entretanto, sua obra é extensa e também reflete seu posicionamento quanto a questões de discrepâncias sociais. Ver: GOIDA, Fernando; KLEINERT, André. *Enciclopédia dos Quadrinhos*. Porto Alegre: L&PM, 2011.

do negro no Brasil foi feita por meio da charge, o seu sentimento não é descolado do tema, ele surge quando refletimos sobre os motivos da desigualdade social no país. Por fim, ao fundo “Calvin”¹⁸, mais uma referência retirada de uma revista, retratando a fome e a capacidade de se comover pelo sofrimento do outro.

Outra vez, percebemos como o debate pode ser construído de forma horizontal. Esse método de trabalho não anula o professor, repensa seu papel. Os alunos, antes de produzirem, tiveram acesso a imagens e informações propostas pelo docente, que provocaram reflexões, problemas, questionamentos. Esses aparecem no momento da composição do *fanzine* e são mediadas pelo grupo. Embora o professor possa pré-selecionar, além de revistas e jornais, algumas charges, tirinhas, músicas a serem reutilizadas e ressignificadas, o aluno não tem a obrigação de optar por elas. O momento do recorte e montagem, também é uma oportunidade de contato crítico com o material produzido pela grande mídia, a releitura deste é feita partindo da realidade do aluno, não de questões impostas, de cima para baixo.

Considerações finais

Todo aluno tem um conhecimento prévio a ser respeitado e valorizado, por mais jovem que seja, carrega consigo códigos de conduta, valores da família e do lugar onde vive. O jovem carece de ser escutado, mas identifica quando a intenção é vigiá-lo ou oprimi-lo, e se afasta. O aluno deve estar à vontade, participar da criação das regras, entender os processos da aprendizagem. Urge o abandono de práticas que visam apenas o acúmulo de informações ou conteúdos, onde o aluno não participa na construção de todas as etapas do conhecimento. O professor deve buscar conhecimento e conceitos próximos do real, deixando de ser ele o protagonista. As relações dialógicas devem priorizar uma relação do indivíduo para o coletivo e do coletivo para o individual, além de ressaltar a importância do conhecimento multi e interdisciplinar. Afinal de contas, a construção do *fanzine* exige

¹⁸ Calvin e Haroldo é uma série de tiras desenhada por Bill Watterson, nascido em 05 de julho de 1958, nos Estados Unidos da América. Calvin é um garoto de seis anos que tem como companheiro Haroldo, um tigre sábio, mas que para os outros não é nada além de um tigre de pelúcia. Ver: GOIDA, Fernando; KLEINERT, André. *Enciclopédia dos Quadrinhos*. Porto Alegre: L&PM, 2011.

habilidades que vão do estímulo a criatividade – recortes, desenhos, formatos – e conhecimentos mais formais, como: leitura, retórica, busca por informações confiáveis, geografia, português, história, ciências, e ainda formação cidadã, participação democrática, questões de gênero, etnia, sexualidade, dentre outras.

O *fanzine* ajuda na construção de conceitos coletivos, dando a eles a oportunidade de questionar a condição do excluído, os preconceitos vividos, provocando a investigação, dando significados aos conteúdos trabalhados na escola. Além dos conteúdos obrigatórios, podemos ainda pensar em outros desdobramentos: a consciência individual e coletiva, a preservação do patrimônio da escola e o combate ao bullying.

As características principais a serem desenvolvidas nos jovens, ao trabalhar com essa mídia alternativa é a participação coletiva na criação e manutenção de um periódico, devendo ser incentivado e orientado pelos professores quanto aos temas trabalhados e também quanto a diversidade dos autores. Devemos observar questões de inclusão, garantir a participação dos mais vulneráveis, e o comprometimento do grupo: saber o papel do indivíduo com o todo, e a necessidade e importância de sua adesão, como também seu compromisso com o projeto.

A expressão autoral tem um potencial enorme de provocar diálogos para definir as relações em grupo e aumentar a autoestima do aluno. A produção de *fanzine* na escola ainda é uma forma de garantir o bom desenvolvimento mental, intelectual e social desses indivíduos. Segundo Círcia Krohling, da Universidade Metodista de São Paulo, “a comunicação popular e comunitária expressa rica diversidade de práticas e contribui para a ampliação do status da cidadania”. (PERUZZO, 2010, p.01)

Não bastam que as ações afirmativas que deem acesso às populações vulneráveis aos espaços, antes, negados a eles – como é o caso das cotas em universidades – embora, sejam elas importantíssimas e indispensáveis. É preciso ter um olhar amplo para a nossa sociedade, e para aqueles que não irão frequentar os bancos da academia.

Para tal empreitada, antes de tudo, devemos observar que as ações afirmativas diferem em sua natureza: creio que devemos considerá-las tanto como políticas de ação afirmativa (emanadas do Estado e das diversas instituições e instâncias governamentais), quanto como iniciativas de ação afirmativa (criadas sobretudo pelas diversas formas de organização da sociedade civil), pois, por mais que conceitualmente estejamos lidando com uma mesma ação afirmativa, em sua

dimensão prática, essa diferenciação tem consequências bem marcadas e fundamentais para uma maior compreensão desse mecanismo de combate às desigualdades raciais. (VIEIRA, 2003,p.89)

O que propomos na escola são iniciativas de ações afirmativas, que independente das políticas impostas de cima para baixo, deve tornar prática comum do cotidiano escolar. Na prática docente precisamos demonstrar que trabalhamos com conceitos justos, respeitando e valorizando as diferenças. O que não exclui nossas tentativas e experiências frustradas, mas fazem dela motivo de crescimento por meio do diálogo. Mas, especialmente, que a nossa vontade e capacidade de traçar objetivos não sejam obscurecidos pelas dificuldades. Que as desigualdades sejam motivos de indignação e as diferenças expectativa de um mundo rico em pluralidade e aprendizado mútuo.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. Os direitos do homem hoje. In: **A era dos direitos**. Brasil: Elsevier, 2004.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

CRUZ, Heloísa Faria. Comunicação Popular e Trabalhadores: Redes de comunicação e impressos dos movimentos sindicais e populares de São Paulo – 1970/1990. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, 2013.

D'ADESKY, Jacques. **Ação afirmativa e igualdade de oportunidades**. Rio de Janeiro, 2003. Mimeo.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática pedagógica**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOIDA, Fernando e KLEINERT, André. **Enciclopédia dos Quadrinhos**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GUARESCHI, P.A. (2001). Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, B. (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MAHEIRIEI, Kátia. Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. **Revista Interações**, Ed.7, v.13, p.31-44, 2002.

KUSHNIR, Beatriz. Pelo viés da colaboração: a imprensa no pós-64 sob outro prisma. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 27-38, jul./dez., 2007

LACERDA, Carlos de Brito. Ambiente escolar: O protagonismo do estudante com fanzines. **Revista Imaginário!**, João Pessoa, N. 6, 115-133, Junho de 2014.

LOURENÇO, Elaine. "O ensino de História encontra seu passado: memórias da atuação docente durante a ditadura civil-militar." **Revista Brasileira de História** (2010): 97-120.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação , cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ, 2008.

MARTINS, André R. N. Grupos excluídos no discurso da mídia: uma análise de discurso crítica. **D.E.L.T.A. Especial**, n. 21, p. 129-147, 2005.

MELLO, Sílvia Leser de. A violência urbana e a exclusão dos jovens. SAWAIA. B. (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

PAUGAM, Serge. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. SAWAIA. B. (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **A comunicação nos Movimentos populares**: a participação na construção da cidadania, 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004

_____. **A comunicação nos Movimentos Sociais**: exercício de um direito humano. Revista Diálogos de la comunicacion, nº83, setembro – dezembro de 2010.

ROMANI, Aline. **A Revista Chiclete com Banana e o sentimento de liberdade**: resistência, conflitos e alienação na década de 1980. Monografia – Curso de graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2002c), **Reconhecer para libertar**: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Record.

SAWAIA, Bader. Identidade: uma ideologia separatista. In: SAWAIA. B. (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999.



VIEIRA, Andréa Lopes da Costa. Políticas de educação, educação como política: observações sobre a ação afirmativa como estratégia política. in: GONÇALVES, Beatriz e SILVA, Valter Roberto Silvério (Org.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**, Brasília, 2003. p.83-97.

Artigo aceito em 24 jul 2016